

# A COPAVI E O COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO NO NOROESTE DO PARANÁ

MARIUSA SABOTO PERUGINI<sup>1</sup>

ELPÍDIO SERRA<sup>2</sup>

MARIA TERESA NÓBREGA<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente estudo aborda a estrutura e as relações internas do cooperativismo de produção, tomando como referência a Copavi – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, localizada no município de Paranacity, no Noroeste do Paraná. Aborda ainda a luta dos trabalhadores rurais para chegarem à área e suas condições atuais, em termos principalmente de qualidade de vida e renda média familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** cooperativismo de produção, reforma agrária, Noroeste do Paraná.

## THE COPAVI AND THE COOPERATIVISM IN THE NORTHWEST OF PARANÁ STATE

**ABSTRACT:** This paper approaches the structure and the internal relationships of a certain Cooperative, for instance COPAVI – Vitória Farming and Cattle Raising Cooperative, located in Paranacity town, Northwest of Paraná State. It also approaches how rural workers have been struggling to settle down in that area and how it is like today, that is to say, its quality of life and family average income.

**KEY-WORDS:** cooperativism, agrarian reform, northwest of Paraná State.

### Introdução

A Copavi – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda., fundada em 1993, é pioneira no sistema de trabalho coletivo entre os assentamentos rurais do Noroeste do Paraná. Em vinte anos de funcionamento, superou obstáculos e se firma como projeto bem sucedido de Reforma Agrária, servindo, inclusive, como modelo entre os projetos patrocinados pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A área ocupada é a da Fazenda Santa Maria, no município de Paranacity, PR, de 256,52 hectares. Trata-se de uma área de solo de textura arenosa, de baixo teor de fertilidade e que não comportaria mais do que dez famílias, se fosse submetida à exploração individual. Pelo sistema coletivo, no entanto, foi estruturada para comportar vinte e cinco famílias de trabalhadores.

Para a manutenção da cooperativa, as famílias, pelo sistema de trabalho coletivo, produzem leite, verduras e legumes, suínos, aves como principais produtos do setor agrícola. Algumas matérias-primas, principalmente frutas e derivados do leite, são industrializadas no próprio assentamento, o qual dispõe de uma usina de pasteurização, uma unidade de secagem de frutas que produz passas de banana e uma unidade de processamento de produtos à base de cana-de-açúcar que produz rapadura, melado, açúcar mascavo e aguardente.

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC-CNPq/UEM.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Geografia – UEM.

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Geografia – UEM.

A comercialização dos produtos "in natura" e industrializados possibilita a manutenção da cooperativa e dos trabalhadores assentados. No que se refere à cooperativa, a eficiência pode ser devida ao fato de que há dois anos ela não recorre a empréstimos, podendo ser considerada auto-suficiente. No que se refere aos associados, é importante destacar que eles estão conseguindo uma renda média em torno de seiscentos reais por mês, podendo ser considerada alta se comparada com o que ganha um trabalhador sem qualificação no espaço urbano (não mais do que um salário mínimo por mês) e considerando-se que no assentamento não se paga aluguel, energia elétrica, água, impostos e ainda pode-se consumir sem limite da quantidade, verduras, frutas e leite. Apenas para carne e produtos derivados existe um controle de quantidade consumida pela família.

O assentamento Santa Maria localiza-se em área de ocorrência do Arenito Caiuá, na região Noroeste do estado do Paraná. Essa formação é constituída por depósitos eólicos com estratificação cruzada de grande porte e depósitos subaquáticos ou lacustre efêmero desenvolvido entre dunas de estratificação horizontal plano-paralelas (BIGARELLA & MAZUCHOWSKI, 1985).

O clima da área de estudo, segundo Koeppen (1948), é o Cfa, temperatura  $> 22^{\circ}\text{C}$  e  $< 18^{\circ}\text{C}$ , subtropical úmido mesotérmico, verões quentes, geadas menos frequentes, tendência de concentração das chuvas nos meses de verão acima do paralelo  $24^{\circ}\text{S}$ , sem estação seca definida. As médias pluviométricas anuais estão entre 1300 e 1400 mm (Iapar, 1978). Esse clima alterna em alguns anos para Cwa, seco no inverno durante os meses de abril a setembro, 21,4 mm em abril, 7,9 mm em agosto, 40,5 mm em setembro e 254 mm em outubro (MAACK, 1981).

A vegetação natural característica dessa área, em função do clima Cfa e dos solos oriundos do Arenito Caiuá, é a Mata Pluvial-Tropical menos exuberante, notável pela escassez de palmáceas, de acordo com Maack (1981).

A ocupação dessa área se realizou com a retirada generalizada dessa vegetação para a introdução do café e de pastagens naturais. Com a erradicação do café na década de 1970, as pastagens plantadas passaram a dominar a paisagem, além de algumas culturas temporárias. A partir da década de 1980, a cana-de-açúcar foi introduzida.

O relevo na região é caracterizado por colinas amplas com vertentes convexo-retilíneas e declividades pouco acentuadas, que abrigam extensos vales em berço e cabeceiras de drenagem, em geral com forma de anfiteatros largos, pouco marcados. As declividades maiores aparecem no terço inferior das vertentes, junto aos cursos d'água. As altitudes máximas nas proximidades da área de estudo estão entre 420 e 460 metros. O sítio urbano de Paranacity, situado no topo de um interflúvio, compreende altitudes que variam de 400 a aproximadamente 460 m de altitude acima do nível do mar. A esse relevo aparecem associados os seguintes solos: nas posições de topo e alta vertente, o Latossolo Vermelho; na média encosta aparecem os Argissolos Vermelhos e Argissolos Vermelhos-amarcelos e no terço inferior, próximo às margens dos rios, os Neossolos Quartzarênicos.

### **A ocupação da área e o processo de desapropriação**

A Fazenda Santa Maria foi desapropriada por meio do Decreto Presidencial 96.259 de 30/06/1988.

Famílias de Paranacity que se encontravam cadastradas junto ao Inbra, ocuparam a fazenda. O prefeito do município na época, José Bonifácio Mourão, e representantes do sindicato rural negociaram com os acampados para que saíssem do local. O proprietário, na tentativa de driblar o processo de desapropriação, arrendou a fazenda a uma usina de açúcar e álcool (Usina Santa Terezinha) com o intuito de provar que a mesma era produtiva, firmando contrato por dez anos.

Em 27/08/1992, a justiça deu ganho de causa ao Inbra, os trabalhadores voltaram a ocupar a área próxima à fazenda e novamente foi negociada com o prefeito a desocupação.

Com a propriedade desapropriada em 1988, representantes do MST fizeram a primeira vistoria no local no final de 1991, encontrando a área desocupada, porém tomada pela cultura de cana. No início de 1992, voltaram para uma segunda vistoria, encontrando a mesma situação. Decidiram então, em 19/01/1993, ocupar a área com vinte e cinco famílias do Movimento, oriundas do Oeste, Sudoeste e Centro-Sul Paranaense.

O Incra não aceitou que essas famílias fossem assentadas. Alegava que as famílias de Paranacity, que também pleiteavam a área, tinham preferência, pois estavam cadastradas para esse local.

Com rumores sobre famílias ligadas ao MST ocuparem a Fazenda Santa Maria, autoridades locais, temendo que isso fosse exemplo para outros grupos se unirem em nome da luta pela terra, organizaram, juntamente com representantes do Sindicato Rural, um grupo de pessoas para ocupar a área como estratégia para impedir a ocupação pelo MST. Montaram barracos espalhados pela propriedade, porém não permaneceram no local. Desta forma, as famílias do MST desmontaram os barracos e os depositaram em frente ao sindicato rural.

Como a usina não retirou a cana, os trabalhadores sem terra não tinham área disponível para o cultivo. Assim, não puderam plantar logo após a ocupação nem mesmo alimentos básicos para a sobrevivência, motivo pelo qual foram forçados a atuarem como bóias-frias. É importante ressaltar que a população de Paranacity considerava os sem-terra marginais, vagabundos, invasores. Desta forma, eram poucos os proprietários de terras que os aceitavam como trabalhadores em seus lotes. O dinheiro que ganhavam não era suficiente. Viveram um longo período de profunda miséria.

A Igreja Católica, preocupada com a situação em que se encontravam os sem-terra, resolveu apoiá-los fornecendo-lhes roupas e alimentos. Dom Jaime Luiz Coelho, então Arcebispo da Arquidiocese de Maringá, celebrou uma missa na cidade de Paranacity, onde compareceram mais de três mil pessoas vindas de vinte e duas paróquias da região. Surpreendeu a todos orientando os acampados no sentido de que os mesmos tinham direito sobre a terra, conseguindo assim, reverter o pensamento da população, que passou a aceitá-los na área e a concretizar a implantação do assentamento rural.

Persistem na luta pela terra. Começa uma análise mais intensa sobre a forma de conduzir o assentamento. O solo fraco, proveniente de material geológico pobre – arenito -, aliado ao uso intenso da cana-de-açúcar nos últimos anos, o que o tornava mais fraco ainda, inviabilizava trabalhar o lote individualmente. Tornar-se-ia difícil garantir o sustento da família.

Com o incentivo do MST para a forma de trabalho coletivo, na qual se obtém maiores facilidades para alcançar os objetivos, começa o amadurecimento das idéias do grupo para se trabalhar coletivamente, pois assim seria possível aproveitar ao máximo as potencialidades naturais, produzindo mais e melhor apenas produtos próprios para o tipo de solo e clima local. Poderiam desenvolver não somente a agricultura, mas também outras linhas de produção que não necessitassem diretamente do solo, como criação de bovinos, suínos, aves, etc.

O grupo contava com vinte e cinco famílias, tendo, portanto, mão-de-obra disponível para dar conta de muita produção. A idéia de agropecuária foi muito bem vista pelos assentados. Poderiam utilizar as melhores parcelas do solo para a agricultura e o restante para a pecuária. Desta forma, se utilizaria toda força de trabalho disponível no assentamento. Aumentariam a produção através do aumento da produtividade do trabalho e garantiriam o bem-estar de suas famílias.

O aumento da produtividade seria conseguido porque no trabalho coletivo é possível instituir a divisão social do trabalho, já que cada trabalhador se especializa em uma tarefa, conseguindo fazê-la melhor e mais rápido.

Devido a esses benefícios em se trabalhar coletivamente, os assentados resolveram instituir uma cooperativa. Então, em 10/07/1993 foi fundada a Copavi – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

Com a cooperativa instituída, os trabalhadores resolveram parar com o trabalho temporário como bóias-frias e se dedicam à própria terra. Tendo em vista a resistência da Usina para retirada da cana, o apoio dado pelo Arcebispo D. Jaime resultou em encorajar os trabalhadores sem-terra, que em agosto de 1993 decidiram colocar fogo no canavial. Para isso, contaram com o apoio de aproximadamente trezentas pessoas vindas de outros assentamentos (Paraná e São Paulo) e em quatro dias retiraram toda a cana e a depositaram à beira da estrada. Com a terra limpa começaram os primeiros plantios de feijão, mandioca e milho.

Em 1994, aconteceu a legalização do Assentamento Santa Maria, quando o Inbra liberou os primeiros recursos para as famílias e também para a Copavi. Todos os assentados estavam filiados à Cooperativa.

### A Copavi e a relação com os associados

A Cooperativa tem um estatuto e um regimento interno que a disciplina. Seu estatuto é regulamentado pela lei cooperativista e registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, determinando normas para o bom funcionamento da Cooperativa, como:

Relação de Trabalho: a empresa funciona de segunda-feira a sábado. Propõe uma carga horária mínima única para sócios (homens e mulheres) de cento e setenta e seis horas mensais. Quem faltar ao trabalho sem justificativa sofrerá um desconto nas horas já trabalhadas, no total de cem por cento das horas perdidas.

É permitida a prestação de serviços à Copavi dos filhos dos sócios que tenham mais de quatorze anos, com autorização dos pais e desde que isso não interfira no bom andamento de seus estudos.

Para a remuneração das horas trabalhadas pelos menores é seguida a seguinte regra:

- 14 a 17 anos: não há obrigatoriedade em cumprir carga horária e receberá 65% do valor da hora dos sócios;
- 17 a 18 anos: receberá 85% do valor da hora dos sócios. Acima de dezessete anos é estipulada uma carga horária obrigatória e rotineira. Leva-se em conta a disponibilidade de horário que o menor possui;
- Caso as horas trabalhadas pelo menor ultrapassem um total de cem, esse saldo a mais terá o mesmo valor da hora do sócio;
- Poderão ser organizados trabalhos para os menores entre onze e quatorze anos.

Esse trabalho, além de não prejudicá-los nos estudos, não poderá interferir no seu crescimento pessoal. A intenção, nesse caso, é contribuir na educação social e na formação familiar do menor.

Sócios: a filiação dos sócios é individual, ou seja, cada membro da família que prestar serviços regulares à COPAVI pode ser associado, desde que tenha, no mínimo, dezoito anos de idade e que resida na área de atuação da cooperativa. Faz-se necessário que a pessoa comprove, mediante quatro meses de trabalho experimental submetido ao estatuto e regimento interno, a possibilidade de contribuir para os objetivos da cooperativa, estando, desta forma, sujeita à aprovação dos sócios.

Cada família sócia possui um lote individual de 450 m<sup>2</sup> localizado na cabeceira do assentamento, que se destina à construção de sua residência e respectivos quintais. Essas casas estão organizadas em dois blocos, divididos por uma rua central que serve de espaço comum para a circulação dos assentados.

Todos os sócios devem estar envolvidos em trabalhos com a Cooperativa. Para concorrer a qualquer cargo eletivo na sociedade é necessário que o sócio esteja em dia com suas obrigações para com a Cooperativa.

Como a produção é coletiva, o trabalho exercido pelo sócio não cria vínculo empregatício.

Assembleia Geral: a assembleia é o órgão com máximo poder de decisão. Todos os sócios que estão em dia com suas obrigações deverão participar da assembleia, com direito a voz e voto. Questões relativas à Copavi decididas em assembleia: definição do planejamento global da empresa, eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal, admissão e exclusão de sócios, prestação de contas da empresa.

Para aprovação das propostas apresentadas é necessária a obtenção de votos da maioria dos participantes, ou seja, 50% mais um voto. Caso a proposta coloque em risco o patrimônio da empresa, a aprovação necessita de dois terços dos votos dos sócios.

Administração: a Copavi é administrada por uma Diretoria composta por cinco sócios eleitos, com mandato de três anos. A cada eleição, é obrigatória a renovação de no mínimo três membros. Os sócios pertencentes à Diretoria não recebem salários e também não é criado vínculo empregatício.

A administração da Copavi é fiscalizada pelo Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três membros suplentes, sócios da Cooperativa e eleitos também por três anos. Não é permitido grau de parentesco entre os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria. Trimestralmente o Conselho Fiscal apresenta um relatório com parecer sobre o andamento das atividades da Cooperativa.

A eleição para escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal acontece de forma secreta e necessita da metade mais um dos votantes presentes.

Além da Diretoria e do Conselho Fiscal, existem os Núcleos de Famílias, Conselho Deliberativo e Conselho Diretor, com a finalidade de contribuir para o bom andamento da Copavi.

Sobras: as sobras refletem o excedente financeiro originado das atividades da Cooperativa no decorrer do ano. Desse valor, a Copavi destina um por cento ao Fundo de Apoio à Reforma Agrária. Do restante, destina trinta e cinco por cento para o rateio entre os sócios, utilizando-se do critério da proporcionalidade de horas trabalhadas que cada um obteve nos serviços da Cooperativa no decorrer do ano; quarenta e cinco por cento destinam-se ao Fundo de Reserva de Capital, Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e Fundo de Investimentos. O restante, ou seja, vinte por cento, destina-se ao aumento do capital social.

Serviços e questões internas: a Copavi possui uma creche para crianças de zero a seis anos, filhos de mães associadas à Cooperativa. Possui também um refeitório que fornece café da manhã e almoço para os sócios e familiares. Desta forma, todos podem contribuir para o aumento da produção, uma vez que as mulheres se sentem "liberadas" para o trabalho na Cooperativa. É possível, assim, criar novas linhas de produção que absorvam a mão-de-obra feminina.

A Copavi pode indicar associados para participarem da formação política do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). Esses associados continuam participando com quarenta e quatro horas semanais para efeito de distribuição de sobras, porém, caso ganhem salários fora da Cooperativa, devem repassá-los a Copavi.

Com referência ao relacionamento entre os associados, os mesmos devem manter um grau de companheirismo e compromisso dentro e fora do trabalho. Caso haja divergências, são estipuladas penalidades que vão de simples advertência à expulsão do sócio.

### A proposta cooperativista do MST

Nos anos 1960 no Brasil e nos anos 1970, no Paraná, surgem, no contexto do uso do solo agrícola o processo denominado Modernização da Agricultura, que implica em implementar como forma de cultivo lavouras altamente dependentes do capital e pouco dependentes do fator trabalho. As novas formas de cultivo, sustentadas basicamente pelas lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho (no caso do Paraná), provocaram o esvaziamento populacional no campo e a concentração fundiária com suas marcas – desemprego rural e crise na manutenção da pequena propriedade.

A partir desse quadro, ganha força no campo a contestação da nova ordem estabelecida, por ser excludente de pequenas categorias de produtores rurais e de trabalhadores no campo. A luta pela reforma agrária se encaixa nesse contexto.

Os projetos de reforma agrária implementados passaram a enfrentar o desafio da eficiência agrícola para competir em igualdade de condições com as lavouras modernizadas. Tal desafio implicou a junção de forças entre os assentados na perspectiva de que a exploração individual da terra manteria os assentados à margem do processo de modernização e que, ao contrário, a junção de forças integraria os assentados na exploração da terra envolvendo tecnologias avançadas.

Tendo em vista esse referencial, é que se passou a discutir, nas bases do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a importância da implementação de cooperativas de produção agrícola em assentamentos rurais.

Segundo Gørgen & Stédille:

*A cooperação agrícola é a única saída para o agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção. E não se deixar vencer pelos maiores (...) é, na verdade, o processo de organização do trabalho na produção agrícola, com aplicação da divisão do trabalho (GØRGEN & STÉDILLE, 1991, p.137 - 138).*

Surgem os primeiros grupos coletivos. Os pequenos agricultores se unem para a compra de máquinas e insumos agrícolas, porém, continuam com a individualidade dos lotes. O uso desses bens é decidido de forma simples, apenas verbalmente.

Aos poucos, os grupos vão crescendo e surgem as associações de produtores, que são mais organizadas, possuem Estatuto Social e Regimento Interno e seus, associados normalmente continuam com lotes individuais e desenvolvem o trabalho utilizando-se da mão-de-obra familiar. Estabelecem regras para a administração dos bens, de modo que todos os associados sejam beneficiados.

Com o passar do tempo, aparecem outras formas de cooperação agrícola, como grupo de produção semicoletivizada, o qual parte da terra é destinada para uso individual e parte para uso coletivo. Os investimentos para aquisição dos meios de produção são feitos parte de forma coletiva e parte individual.

Nesse modo de cooperação, já existe um certo grau de divisão social do trabalho, pois parte da produção é planejada e desenvolvida de forma coletiva.

Por fim, surgem as Cooperativas de Produção Agropecuária. A Copavi encontra-se inserida nessa modalidade de cooperação agrícola.

As Cooperativas de Produção Agropecuária foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontaram como forma superior de organização da

produção. Nela o grupo produz e trabalha coletivamente. É a única forma de organização agrícola que permite a introdução completa da divisão do trabalho entre os sócios.

O MST incentiva a forma de trabalho coletivo, entendendo que é a melhor maneira para a viabilização dos assentamentos. Entretanto, é necessário atentar às condições objetivas e subjetivas inseridas no grupo, pois isso poderá determinar o sucesso ou insucesso do mesmo.

Muitas vezes podem ser encontrados resultados diferentes em cooperativas com a mesma base teórica. Tais diferenças podem ser explicadas tanto pelas condições físicas (qualidade do solo, clima, potencialidade de produção agropecuária, etc.) como pelas condições sociais (comportamento ideológico herdado através dos tempos pelo agricultor).

As cooperativas, de modo geral, por serem empresas que embora sem fins econômicos geram lucros, possuem registro na Junta Comercial do Estado e são fiscalizadas com maior rigor pelo governo.

Para o funcionamento da cooperativa, é necessário um montante em dinheiro que corresponde ao Capital Social. O valor desse Capital é definido pelos sócios fundadores e dividido entre eles, o que equivale à quota-parte. Esse valor deverá ser corrigido mensalmente.

A legislação vigente prevê que para fundar uma cooperativa é necessário que se tenha no mínimo vinte sócios. Podem associar-se à cooperativa pessoas com mais de dezoito anos. A filiação deve ser feita individualmente, ou seja, se em uma família quatro pessoas trabalham na cooperativa, todas podem ser associadas. Existem duas razões para isso: a primeira, do ponto de vista político, a medida que todos são sócios, assumem uma posição de igualdade na cooperativa com relação aos seus direitos e deveres; a segunda, do ponto de vista legal, se existirem pessoas que trabalhem na cooperativa e não são sócios, cria-se vínculo empregatício, tendo a cooperativa que arcar com todas as despesas referentes ao funcionário. Cada sócio deve pagar sua quota-parte, podendo esta ser parcelada.

A partir das sobras, é obrigatória a criação de dois fundos, dos quais são repassados dez por cento ao Fundo de Reserva e cinco por cento ao FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). O restante fica à disposição da Assembléia, que determinará pela criação de outros fundos, distribuição entre os sócios ou capitalização. Ressalta-se que poderá optar pelas três formas em conjunto.

Faz-se necessário esclarecer que sobra difere de lucro. Lucro é o resultado positivo obtido com transações envolvendo terceiros, caracterizando uma operação atípica. Sobra é o resultado positivo obtido com transações envolvendo somente os sócios e caracteriza uma operação típica.

Sobre as operações atípicas, é obrigatório o recolhimento do Imposto de Renda, Contribuição Sindical, Cofins, Pis e ICMS.

Enquanto a cooperativa se restringir à produção agropecuária, comercializando somente seus produtos com os associados ou com outras cooperativas de produção, ela será vista pela Lei como idêntica ao produtor rural.

## Características do cooperativismo de produção

As cooperativas de produção ligadas ao MST são organizadas através de setores de produção e serviços (entende-se por setor de serviço aquele que é formado para atender a uma necessidade interna da cooperativa, como creche, refeitório, etc.). São administradas por uma Diretoria, fiscalizada pelo Conselho Fiscal. Todos os membros são sócios e eleitos por votação secreta. Como contribuição ao bom funcionamento da cooperativa existem os núcleos de família, Conselho Deliberativo e Conselho Diretor. Acima de tudo está a Assembléia Geral, na qual se toma toda e qualquer decisão referente à cooperativa.

Nenhuma função administrativa terá privilégios no momento da distribuição das sobras. Torna-se uma função como qualquer outra para fins de remuneração.

Para a distribuição das sobras entre os associados, as cooperativas de produção esbarram em um problema que traz um certo grau de conflito entre eles. No início da experiência cooperativista, a distribuição era feita de modo igualitário entre os sócios, entendendo que cada um trabalharia de acordo com sua consciência.

Passou-se a adotar outras formas de distribuição, considerando os dias ou horas trabalhadas individualmente. Ainda assim continuaram os conflitos.

Conforme o Caderno de cooperação,<sup>4</sup>

*Ninguém pode garantir que 10 horas trabalhadas por um sócio, produziram mais em termos reais do que as horas trabalhadas por outro sócio....*

Para solucionar o problema, o MST indica que se faça o controle das horas trabalhadas aliadas à produtividade do trabalho— para as tarefas nas quais for possível. Entende-se que assim sendo cada um vai esforçar-se para o aumento da produtividade.

No entanto, deve ser lembrado aqui que muitas cooperativas possuem um excesso de mão-de-obra, o que provoca ociosidade no trabalho. Isso pode estar atrelado à falta de capital para investimento, já que novas linhas de produção poderiam ser abertas para captação dessa mão-de-obra excedente. Para resolver esse problema, o MST recomenda que os recursos conquistados nos primeiros cinco anos de trabalho sejam capitalizados para que se possa investir na formação de uma estrutura mínima no setor de produção.

A terra que fica sob controle do coletivo foi conseguida através do processo de luta, não justificando pagamento ao associado referente à renda obtida na exploração da terra. No caso de desistência de algum sócio, ou por algum motivo a Assembléia resolve exonerá-lo, a terra não poderá ser dividida. Nesse caso, o que poderá ser feito é uma troca com algum outro assentado em lote individual que manifeste desejo de trabalhar coletivamente. Vale lembrar que para o ingresso de novo associado o mesmo deverá ser submetido à aprovação dos sócios. Quanto aos investimentos feitos com recursos de Fundo Perdido, não serão divididos. O associado só é dono enquanto ficar na cooperativa e se beneficiar dessa estrutura.

As cooperativas que possuem uma melhor estrutura funcional possibilitam a liberação de alguns sócios para colaborarem junto aos projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Sistema Cooperativista dos Assentados. No Regimento Interno da Cooperativa, geralmente é estipulado um limite de horas a serem repassadas a esses sócios, e o salário recebido por eles deverá ser revertido aos caixas da Cooperativa. Deste modo, mesmo estando afastado continuará sendo mantido o vínculo entre cooperativa e cooperado.

O MST recomenda que os assentados de uma cooperativa de produção construam suas residências em agrovilas, entendendo que assim se beneficiarão em vários aspectos, como:

- Melhor convívio social entre as famílias e acesso a melhores condições de vida, pois como estão localizadas próximas, viabiliza, economicamente, investimentos sociais, como energia elétrica, esgoto sanitário, água encanada e potável.
- Melhor relacionamento entre as crianças e entre os adultos, facilitando o acesso ao transporte coletivo às escolas, postos de saúde.
- As atividades relacionadas aos sociais e organizativos tornam-se facilitadas, como reuniões, encontros, festas, apoio mútuo.

<sup>4</sup> Caderno de Cooperação Agrícola nos Assentamentos, nº 20, p.21.

## As cooperativas do MST e as outras cooperativas

A partir da década de 1970, estruturaram-se, no Brasil, cooperativas atreladas à modernização da agricultura. Constituem-se verdadeiras empresas capitalistas, perdendo seu caráter cooperativista.

Nas cooperativas tradicionais, por comportarem grande número de associados, o poder de decisão é exercido por uma minoria de grandes produtores que se beneficiam da cooperativa. Os demais associados não conseguem sequer opinar sobre o destino das sobras. Nas cooperativas do MST, como são menores, toda decisão é tomada por todos os sócios em Assembléia.

A diretoria de uma grande cooperativa toma decisões visando a uma melhor rentabilidade financeira, pois possui compromissos a saldar, como, por exemplo, muitos funcionários. Nas cooperativas de produção, as decisões passam pela discussão com todos os sócios e quem nelas trabalham são seus próprios associados.

O objetivo de uma cooperativa tradicional é crescer economicamente. Nas cooperativas populares, o objetivo é desenvolver a produção, garantindo o bem-estar dos associados.

Com base nessas informações, é possível perceber a grande diferença com que as duas formas de cooperação tratam seus associados. Conforme Fernandes (2000),

*Os sem-terra não pretendem reproduzir o cooperativismo tradicional, mas sim construir uma nova concepção de cooperação que possa abranger as dimensões da lógica do MST (FERNANDES, 2000, p. 228).*

Pode-se perceber que o MST não se satisfaz somente com a posse da terra; luta pela conquista da vida com a dignidade alcançada por meio do trabalho.

### A viabilidade econômica da COPAVI

Quando pequenos produtores rurais trabalham individualmente em seus lotes, utilizando seus próprios meios de produção e seu conhecimento tecnológico, estão subordinados ao modo de produção mercantil capitalista, e obviamente terão dificuldades em concorrer com preços e qualidade dos produtos oferecidos pelas empresas capitalistas que utilizam mão-de-obra especializada, divisão social do trabalho, tecnologia e produz em larga escala para o mercado. Desta forma, surge o pensamento cooperativista como saída para o fortalecimento da pequena propriedade rural.

Toda empresa capitalista tem como finalidade principal a obtenção do lucro. As empresas cooperativas de produção agropecuária se distinguem das tradicionais, porque não têm fins lucrativos são formadas pela união de trabalhadores que representam a mão-de-obra da empresa e também a classe empresarial, no sentido de que exercem uma atividade econômica, assumindo riscos e repartindo entre si as sobras ou perdas.

Assim sendo, no momento de constituição da cooperativa, seus associados contribuem com uma parcela igualitária para a formação do capital social, cujo objetivo fundamental não é fazê-lo frutificar, mas juntá-lo ao de outros associados a fim de colocar em funcionamento uma empresa.

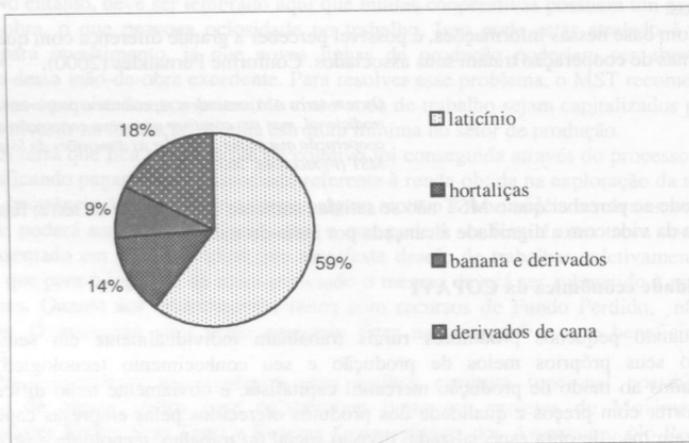
Considerando tais premissas, tem-se que a Copavi se insere no contexto do processo econômico, ora como empresa, ora como organizadora da divisão social do trabalho. Ao agir como empresa, se depara com o equilíbrio ou a gestão de receitas, e despesas e com seu processo organizacional. Como receita entende-se o fluxo de entrada de capitais e, como despesa, o fluxo de saída, tendo em vista a manutenção da estrutura da cooperativa.

A gestão de receitas e despesas vem sendo desenvolvida com sucesso pelos administradores da Copavi, visto que em 1994, época em que aconteceu a legalização do Assentamento Santa Maria, os assentados não tinham mais do que barracos de lona e quinze cabeças de gado doadas pela igreja católica (Paróquia de Paranacity).

A estrutura física da Copavi prosperou, o que comprova a viabilidade do cooperativismo. Entre os anos de 1997 a 2001, a Cooperativa teve um saldo médio anual positivo de R\$ 25.000,00, resultado de R\$ 175.000,00 referente a despesas e R\$ 200.000,00 referente a receitas. De janeiro a outubro de 2002, esse saldo, também positivo, perfaz o total de R\$:46.000,00, o que comprova, ainda mais, o sucesso da Cooperativa.

O “carro-chefe” da Copavi é o setor de gado leiteiro. São vendidos vinte mil litros de leite pasteurizado por mês, contribuindo com um total mensal de R\$12.000,00. Essa atividade representa cinquenta e nove por cento da receita total da Cooperativa, conforme representado no gráfico da figura 1.

FIGURA 1. Composição da renda da COPAVI no período de janeiro a outubro de 2002.



FONTE: dados de campo, 2002.

A cooperativa vem sendo administrada com sucesso. Desde 1998 não recorre a novos financiamentos, conseguindo saldar suas dívidas rigorosamente dentro do prazo.

Desde a sua fundação, a Copavi recorreu a financiamentos apenas três vezes. Em 1994, época da legalização do Assentamento Santa Maria, a cooperativa contraiu, através do Procerá (Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária), um financiamento no valor aproximado de R\$300.000,00.

Esse financiamento teve como prazo de pagamento o período de treze anos. O vencimento da primeira parcela foi em 2003 e o prazo final para quitação do empréstimo será em 2015. Todo mês de julho uma parcela deverá ser amortizada. Vale ressaltar que, segundo Valmir Stronzake, responsável pelo atendimento aos visitantes, a Copavi está em condições de saldar essa dívida dentro do prazo estipulado.

O valor referente a esse financiamento destinou-se à construção da infra-estrutura que possibilitou o começo das atividades da Copavi.

Outro financiamento contraído pela Cooperativa aconteceu em 1996, quando se fez necessário recorrer a empréstimos para o plantio da safra. O prazo para pagamento era de um ano, sendo a dívida quitada, integralmente, em uma só parcela no ano seguinte.

No ano de 1997, devido à boa aceitação e comercialização de seus produtos, a Cooperativa já havia garantido sobras para o plantio da nova safra. Porém, com a obrigação de pagamento do empréstimo contraído no ano anterior, esse valor foi destinado a saldar a dívida, fazendo-se necessário recorrer a um novo financiamento para tal finalidade.

O novo financiamento teve a mesma base do anterior, ou seja, também teve como valor R\$ 50.000,00 e pagamento em uma só parcela.

Decorrido o período de carência, a Copavi quitou a dívida, não mais sendo necessário recorrer a novos financiamentos. Isso é uma resposta de que a Cooperativa conseguiu estabilizar-se financeiramente. Da sua própria movimentação, conseguiu recursos para o plantio da nova safra, e com isso o pagamento de juros foi evitado.

A distribuição das sobras apuradas no exercício financeiro da Cooperativa se dá pelo sistema de rateio. Entende-se por rateio a distribuição equitativa entre os trabalhadores da cooperativa, dos resultados financeiros entre a produção e a comercialização dos produtos.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelos associados da Copavi no início do assentamento, foi decidido entre os sócios que os primeiros recursos financeiros conquistados pela cooperativa seriam destinados prioritariamente na consolidação das atividades da empresa a fim de atingir o equilíbrio orçamentário, pois, posteriormente, isso seria revertido a eles em forma de benefícios.

Desde a sua criação, a Copavi não registrou prejuízo em nenhum ano. Porém, devido à necessidade de recorrer a empréstimos para plantio, já citado, e também ao período de adaptação para que o produto fosse colocado e aceito no mercado, somente após seis anos foi possível distribuir rendimentos aos associados no final do exercício fiscal.

Desta forma, nos anos de 2000 e 2001, os sócios da Copavi foram beneficiados com a distribuição das antecipações financeiras geradas pelas atividades da cooperativa. Esse valor representou um repasse em dinheiro de R\$ 300,00/mês por sócio. Vale registrar que a distribuição dos produtos como carne, ovos, refeições aos familiares, complementa esse valor em R\$ 120,00/mês em média.

### **Infra-estrutura e qualidade de vida**

Para a viabilização de suas funções, a Copavi dispõe de uma infra-estrutura constituída de construções para a moradia dos assentados e para o desempenho das atividades fins.

Existe, na cooperativa, o total de vinte e uma casas de moradia; vinte delas são ocupadas pelas famílias sócias, e uma serve como alojamento para visitantes da cooperativa.

Para a realização das atividades da cooperativa, há a seguinte infra-estrutura:

- um barracão onde funciona o laticínio, contendo uma sala para ordenha;
- um barracão contendo o estábulo para alimentação das vacas;
- um barracão para alimentação dos porcos;
- um barracão para alimentação das aves;
- um barracão para a unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar, onde são produzidos os derivados desse produto;
- um barracão que abriga a indústria de secagem de bananas;
- um barracão para a limpeza de hortaliças;
- um barracão para guardar máquinas, implementos agrícolas, sementes, insumos e rações;

- um barracão contendo um abatedouro de aves e porcos (95% das aves e porcos criados no assentamento, destinam-se ao consumo interno e o restante é vendido);
- um refeitório;
- um escritório.

A Copavi dispõe também das seguintes máquinas e equipamentos utilizados na produção, conforme levantamento realizado em dezembro de 2003:

- dois tratores Massey Ferguson;
- um trator Tobata;
- um arado;
- duas grades para gradear o solo;
- um sub-solador que remove as camadas mais profundas do solo, conhecido por “pé de pato”;
- uma plantadeira;
- um pulverizador para o trator;
- uma ensiladeira para pôr no silo;
- uma calchadeira para distribuição de adubo;
- um tanque para distribuição de adubo líquido;
- duas carretas agrícolas para reboque no trator;
- duas Peruas Kombi (uma para o comércio e outra que é dividida entre o comércio e serviços administrativos);
- uma moto.

O atendimento médico-hospitalar dos assentados é mantido pelo SUS - Sistema Único de Saúde, pelos de postos de saúde e hospitais públicos no município de Paranacity.

No tocante a educação escolar, as crianças freqüentam escolas públicas na cidade. A prefeitura mantém um ônibus para o transporte dos estudantes da área rural para as escolas municipais.

O lazer dos assentados é bastante deficitário devido à falta de infra-estrutura para esse fim. Existe no assentamento apenas um campo de futebol, servindo de entretenimento para os homens, ficando as mulheres limitadas à platéia. Além disso, a jornada de trabalho executada pelos sócios torna-se, muitas vezes, um impedimento ao lazer, uma vez que muitos deles trabalham todos os dias da semana, como é o caso, por exemplo, do setor de ordenha.

### Considerações Finais

O caso de desapropriação da Fazenda Santa Maria em Paranacity- PR, e da conseqüente implantação da Copavi na mesma área evidencia o processo de socialização da posse e uso da terra no Noroeste do Paraná. A fazenda, antes do processo desapropriatório, era coberta por uma lavoura de cana-de-açúcar e não contava com moradores. A produção sob arrendamento era direcionada a uma usina de álcool da região. A partir da desapropriação, a área passou a ser ocupada por aproximadamente vinte famílias de agricultores sem terra, que conseguem tirar do solo as condições de sua sobrevivência.

Na nova situação, a área deixou de beneficiar um (o proprietário da terra) e passou a beneficiar muitos (os sócios da Cooperativa). Ao mesmo tempo, passou a agregar e socializar valores e a provar a eficiência do sistema cooperativista como proposta de reforma agrária.

As relações de trabalho e de produção estabelecidas na Copavi e que incorporam na sua essência a proposta cooperativista do MST demonstram, na prática, que são eficientes e altamente positivas.

Tal conclusão pode ser extraída dos resultados que estão sendo alcançados pelos produtores assentados na Copavi.

De maneira geral, o que se pode verificar no trabalho de campo é que os trabalhadores apresentam uma qualidade de vida superior aos outros trabalhadores do mesmo nível. A qualidade de vida é sustentada pelo índice de satisfação dos trabalhadores, concretizado pela conquista de moradias, renda de trabalho, lazer, saúde e educação.

Em resumo, pode-se afirmar que pelo menos no caso da Copavi o cooperativismo de produção deu certo.

## Referências bibliográficas

- BIGARELLA, J. J. & MAZUCHOWSKI, J. Z., 1985. Visão integrada da problemática da erosão. *III Simpósio Nacional de Controle de Erosão*. Maringá, ABGE, ADEA. 332p.
- Cooperação Agrícola nos Assentamentos, 1993. *Caderno de Formação nº 20*. Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra. São Paulo. 55p.
- FERNANDES, B. M., 2000. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- GÖRGEN, F.S.A; STÉDILLE, J.P. 1991. *Assentamentos: A Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes.
- IAPAR (Fundação Instituto Agronômico do Paraná). 1978. *Cartas Climáticas Básicas do Estado do Paraná*. Londrina.
- KOEPPEN, W. 1948. *Climatologia. Con un estudio de los climas de la tierra*, FCE, México.
- MAACK, R. 1981. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro. Livraria José Olímpio.